

AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS DE ENSINO SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM EMENTAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

| *EVALUATION OF TEACHING PROPOSALS ON SOCIAL INTEREST HOUSING IN
SUBSCRIPTIONS OF GRADUATION COURSES IN ARCHITECTURE AND URBANISM*

DOI: [10.24979/ambiente.v18i1.1429](https://doi.org/10.24979/ambiente.v18i1.1429)

Kárita Pereira Carvalho 

João Henrique Alves da Silva 

Camila ramos arias 

Renata Cordeiro Peguin 

Resumo: Pesquisas apontam várias fragilidades em projetos, produção e uso pós-ocupação em habitações de interesse social (HIS) no Brasil. Dentre os fatores, a formação e atuação profissional são elementos primordiais para a produção de habitações de qualidade. Diante do exposto, este artigo visa avaliar propostas de ensino que discutam estratégias para concepção de HIS nas ementas de instituições de ensino superior (IES) que ofertam o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa é classificada como qualitativa, descritiva e documental. Por meio do site do e-MEC, foram identificadas as IES ativas que ofertam o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo no estado de Mato Grosso do Sul. Fizeram parte da análise oito IES. Os conteúdos das ementas foram analisados para verificar a existência de propostas de ensino inerentes às habitações de interesse social. Os resultados apontaram que apenas três IES apresentaram as HIS como proposta de ensino em suas unidades curriculares, no entanto, apenas uma delas era relacionada ao projeto. Foi possível identificar nas demais IES disciplinas que abordam temas referentes aos Estudos Sociais na Arquitetura. É possível concluir que as ações educacionais com foco nas HIS apresentadas por meio das ementas são ainda aquém do ideal para formação do arquiteto e urbanista.

Palavras-chave: Habitação de interesse social. Arquitetura social. Ementas. Ensino.

Abstract: Research indicates several weaknesses in projects, production, and post-occupancy use in social interest housing (HIS) in Brazil. Among the factors, professional training and performance are essential elements in producing quality housing. Given this, this article aims to evaluate teaching proposals that discuss strategies for the design of HIS in the syllabus of higher education institutions (HEI) that offer the undergraduate course in Architecture and Urbanism in the state of Mato Grosso do Sul. The research is classified as qualitative, descriptive, and documentary. Through the e-MEC website, active HEI that offer the undergraduate course in Architecture and Urbanism in the state of Mato Grosso do Sul were identified. Eight HEI were analyzed. The contents of the syllabuses were analyzed to verify the existence of teaching proposals inherent to social interest housing. The results showed that only three HEI presented the HIS as a teaching proposal in their curricular units, however, only one of them was related to the project. It was possible to identify in the other HEI disciplines that address themes related to Social Studies in Architecture. It is possible to conclude that the educational actions focused on HIS presented through the menus are still far from ideal for the training of architects and urban planners.

Keywords: Social interest housing. Social architecture. Syllabuses. Teaching.

1.1 Introdução

Com o desenvolvimento desequilibrado e crescente nas cidades brasileiras, a irregularidade fundiária vem corroborando com a desigualdade habitacional, trazendo à tona debates no que diz respeito ao direito à moradia digna (Marra, 2010). No Brasil as políticas habitacionais se modificaram ao longo da história, entre avanços e retrocessos, os programas visavam a redução do déficit habitacional principalmente para as classes sociais mais pobres (Monteiro; Veras, 2017).

Atualmente, a principal política habitacional para reduzir o déficit habitacional do Brasil é o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PMCMV foi criado em 2009, e ficou ativo até 2021, onde foi substituído pelo programa Casa Verde e Amarela que se encerrou em fevereiro de 2023. O principal objetivo do PMCMV é ajudar as famílias de baixa renda a adquirir moradia própria. No entanto, é comum as críticas relacionadas à primeira fase do PMCMV, uma vez que, o programa possui baixa qualidade das obras e na localidade para implantação dos empreendimentos (Cardoso; Sanjuan, 2019). Em face às críticas, o Tribunal de Contas da União constatou possíveis vícios construtivos e patologias que resultam em “desconforto e depreciam o imóvel recém-adquirido” (Brasil, 2017a).

As avaliações pós-ocupação (APO) nos proporcionam um conhecimento profundo sobre o processo de construção das HIS, do pré-projeto ao fim da vida útil do edifício, com isso, é possível constatar aspectos positivos e negativos presentes ao longo dos anos (Ono, *et al.*, 2015). Diversos estudos acerca da qualidade habitacional relativos ao PMCMV apontam para um nível insatisfatório das moradias, seja nas expectativas dos usuários ou na qualidade ambiental, construtiva e/ou arquitetônica (Imai e Fabrício, 2020; Ornstein *et al.*, 2013; Lamberts, Dutra e Pereira, 2014; Silva e Brito 2019; Souza, 2013; Soares, 2016).

Um quesito deficiente dos projetos das HIS é que, ao invés de ser pautado questões como: necessidades dos usuários, funcionalidade, zonas bioclimáticas, hábitos culturais, recursos regionais, entre outros, o programa opta pela padronização como única solução plausível para redução de custos dos empreendimentos (Imai; Fabrício, 2020).

Ornstein *et al.*, (2013) ressaltam que nas HIS o cliente não é aquele que contrata, e sim o que usufrui do ambiente já construído, portanto, é imprescindível que haja avaliações pré-projetos para que os ambientes se tornem cada vez mais assertivos as necessidades das famílias.

Lamberts, Dutra e Pereira (2014) afirmam que geralmente as HIS não possuem análises construtivas que enquadrem as variações climáticas e urbanas para a construção do empreendimento, logo, não garantem conforto ambiental necessário para a qualidade de vida dos moradores.

Neste viés, Silva e Brito (2019) realizaram uma avaliação do sistema construtivo de quatro conjuntos residências de interesse social, totalizando cerca 2350 unidades construídas, em Rondônia na Região Norte do Brasil, sob a óptica do Regulamento Técnico

da Qualidade para o nível de eficiência energética de edificações Residenciais (RTQ-R) e avaliação dos parâmetros da NBR-15220-3. Todos os quatros conjuntos habitacionais apresentaram nível de eficiência “c” devido à utilização de materiais inadequados na envoltória e deficiência na ventilação devido à dimensão e quantidade de janelas (menor que 40% da área do piso de ambientes de permanência prolongada) e localização das janelas (não permitiam a ventilação cruzada). A orientação solar dos dormitórios em 65% das unidades é inadequada, permitindo excesso de radiação no período da tarde, aquecendo o ambiente no período noturno, e não tendo a radiação da manhã necessária para eliminação de bactérias e desumidificação. As edificações se encontravam em processo de degradação nas paredes externas em relação à umidade. Os beirais não eram suficientes para proteger as paredes das chuvas e os muros sombreiam as paredes que devem ser aquecidas pelo sol da manhã.

Souza (2013) avaliou os layouts das edificações de interesse social, na perspectiva ergonômica no município de Embu das Artes/SP. Logo, foi constatado divergência entre os layouts proposto em planta original e a realidade das casas já habitadas, uma vez que o dimensionamento dos ambientes não condiz com os tamanhos dos móveis básicos para melhor habitabilidade.

Soares (2016), realizou um estudo a fim de investigar a qualidade técnica construtiva e a perspectiva da população no Loteamento Vale das Dunas, Conjunto Viver Melhor/Ogunjá e o Conjunto Nova Primavera, ambos conjuntos habitacionais de interesse social pertencentes ao município de Salvador. Concluiu que devido à falta de junção entre expectativas dos moradores e o projeto, parte dos habitantes realizam a venda e/ou abandonam as moradias, tendo em vista, a necessidade de ampliações das quais as famílias são incapazes de arcar.

Posto isto, observa-se que as HIS são alvos constantes de estudos e APO, no entanto, pouca ou praticamente nenhuma evolução foi discutida e/ou implementada referente a qualidade ofertada pelas habitações (Ono, et al., 2015). Nesta perspectiva, é válido avaliar os reflexos da educação na formação de profissionais capazes de associar habilidades técnicas com os cenários sociais, culturais e econômicos da população.

Paulo Freire já questionava a escassez da educação multicultural, que abordasse a ética de forma transformadora e libertadora. Para Freire a aprendizagem consciente modifica o homem e o meio social em que vive (Gohn, 2009). Assim, o ensino deve ser embasado no respeito e valorização da diversidade cultural e ao meio ambiente (UNESCO, 2005).

Johnson (1994) explica que apesar do foco das IES ser voltado para a educação, as pesquisas e serviços prestados pelos acadêmicos, favorecem a qualidade de vida e financeira da sociedade, especialmente quando operam em comunidades locais. Ensino, pesquisa e extensão devem se agrupar em um processo único, de modo que, tanto no âmbito educacional quanto profissional seja estimulado a compreensão e resolução de problemas sociais (Merlin, 2002).

O incentivo à produção de conhecimento científico é uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional, desta forma, as IES transformam a comunidade estimulando o conhecimento pessoal e social, e agem como agente transformador para o crescimento econômico (Silva, 2019).

Para regulamentar em abrangência nacional a educação desde o nível infantil até o ensino superior, o Senado Federal desenvolveu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os objetivos das IES estão descritos ao decorrer do artigo 43º da LDB, dentre eles destaca-se: o estímulo ao pensamento crítico e científico; a fomentação de pesquisas que desenvolva o entendimento do homem sobre a ciência, a tecnologia e articulação de extensões sociais que resultem serviço especializado para o pensamento do homem e do meio em que vive (Brasil, 2017b).

Coelho Neto (1997) expõe prerrogativas favoráveis às atribuições dos arquitetos afirmando que é inerente à profissão a organização de locais que incentive e transforme a relação inter-humana dos usuários e dizime o pensamento neoliberal e individual.

A arquitetura tem em sua essência uma relação entre a função e a forma, pois é através destes dois conceitos, que o arquiteto transforma ideias (necessidades) em objetos concretos, que por sua vez, modificam o modo de viver e se relacionar com a comunidade (Gasperini, 1988).

O arquiteto é um agente transformador, portanto, deve-se relacionar com questões sociais, culturais e econômicas da sociedade, a fim de gradativamente recusar fórmulas arquitetônicas padronizadas que favorecem apenas uma parte privilegiada da população (Bonassa, 2002).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), define o profissional como aquele que defende as políticas urbanas e seu desenvolvimento, como forma de inclusão social; a moradia e ao ambiente sadio; a paisagem e identidade cultural (CAU, 2015).

Tendo em vista a atuação do arquiteto e urbanista perante o meio social, as IES devem estar atentas na elaboração de suas ementas ao perfil profissional fixado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Fica explícito no § 2º que os cursos deverão propor ações pedagógicas que corroborem para condutas técnicas e sociais, promovendo a qualidade de vida dos habitantes, observando suas necessidades sociais, culturais e econômicas, valorizando a relação entre o ambiente natural e o construído (Brasil, 2010).

O cenário de produção de HIS de baixa qualidade, constatados por inúmeros estudos e APO, frente a formação de arquitetos e urbanistas, gerou a questão: as IES do Estado do Mato Grosso do Sul, que ofertam o curso de Arquitetura e Urbanismo, estão estimulando abordagens de ensino por meio do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) sobre a concepção de projetos para habitações de interesse social?

Diante da indagação, este artigo visa avaliar propostas de ensino que discutam estratégias para concepção de HIS nas ementas de IES que ofertam o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2 Metodologia

Esta pesquisa é classificada como qualitativa. A pesquisa qualitativa visa investigar os fenômenos de forma indutiva e, posteriormente, verificar a existência de relação das variáveis. O objetivo foi manipulado à luz da pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva avalia determinada população, onde o pesquisador elenca situações, conceitos, fatos e até comportamentos da população analisada (Raupp e Beuren, 2003).

A população analisada foram as IES que ofertam os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul. Para identificar as instituições ativas, foi realizado uma pesquisa no site do e-MEC que é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior do Brasil com os filtros: “curso de graduação”; “Arquitetura e Urbanismo”; “Mato Grosso do Sul”; “modalidade à distância”; “modalidade presencial”, e, “em atividade”. Com esses filtros o sistema apontou 21 IES, sendo 11 IES na modalidade presencial e 10 IES na modalidade à distância. As IES foram identificadas por letras e apresentadas por meio do Quadro 1.1.

Quadro 1.1: IES em atividade do curso de graduação em arquitetura e Urbanismo.

Identificação da Instituição	Modalidade de oferta	Natureza das Instituições	Município (MS)
A	À distância	Privado	1. Campo Grande; 2. Corumbá; 3. Coxim, 4. Dourados; 5. Glória de Dourados
B	À distância	Privado	1. Campo Grande; 2. Dourados; 3. Três Lagoas
C	Presencial	Privado	Campo Grande
D	Presencial	Privado	Campo Grande
E	À distância	Privado	1. Campo Grande; 2. Corumbá; 3. Dourados; 4. Três Lagoas
F	Presencial	Privado	Dourados
G	Presencial	Público	Campo Grande
H	Presencial	Público	Naviraí
I	Presencial	Privado	Campo Grande
J	À distância	Privado	1. Campo Grande; 2. Nova Alvorada do Sul
K	Presencial	Privado	1. Três Lagoas
L	À distância	Privado	1. Caarapó; 2. Campo Grande; 3. Ivinhema; 4. Maracaju; 5. Nova Alvorada do Sul; 6. Nova Andradina; 7. Rio Brillhante
M	À distância	Privado	1. Amambaí; 2. Eldorado; 3. Iguatemi; 4. Itaquiraí; 5. Mundo Novo; 6. Naviraí; 7. Nova Andradina; 8. Três Lagoas
N	À distância	Privado	1. Amambaí; 2. Aquidauana; 3. Campo Grande; 4. Corumbá; 5. Coxim; 6. Dourados; 7. Ponta Porã; 8. Sidrolândia; 9. Três Lagoas
O	À distância	Privado	1. Costa Rica; 2. Coxim
P	Presencial	Privado	Campo Grande
Q	À distância	Privado	Campo Grande
R	Presencial	Privado	Campo Grande
S	À distância	Privado	Cassilândia
T	Presencial	Público	Jardim
U	Presencial	Privado	Campo Grande

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dentre as IES encontradas como ativas no site do e-MEC, a letra U, ainda que esteja regular, não começou as atividades, portanto, foi excluída da avaliação. A coleta dos dados foi realizada por meio das ementas dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC). Foi avaliado nos PPC as ementas de unidades curriculares que apresentam conteúdos

inerentes às habitações de interesse social, carga horária e a descrição do conteúdo. Nesta perspectiva, as IES A, B, I, J, K, L, N, O, P, Q e S não disponibilizaram os PPC ou ementas, portanto, também foram excluídas da avaliação. A IES C, em contato via e-mail, informou que não há nada sobre HIS no PPC vigente, e que estão atualizando-o para entrar em vigor no segundo semestre de 2023, portanto foi desconsiderada da avaliação. As IES D e E fazem parte do mesmo grupo educacional e apresentam a mesma ementa em ambos PPC, portanto, será feito apenas uma avaliação representando o grupo de IES. Ficam classificadas para pesquisa as IES D, E, F, G, H, M, R e T.

A análise dos dados foi pautada em conteúdos inerentes às HIS, tais como: projeto de habitação; aspectos sociais; e, relações sociais com o ambiente construído. A partir disso, foi possível destacar a relação do conteúdo com a formação profissional e os impactos na sociedade.

1.3 Resultado e discussão

A partir da leitura das ementas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo avaliados, foi destacado o nome e carga horária e conteúdo das unidades curriculares que tinha aspectos sobre habitação de interesse social ou abordagens inerentes à questão social da moradia. As avaliações são apresentadas por meio do Quadro 1.2.

Quadro 1.2: Avaliação das ementas das IES.

Avaliação da IES D e E

As IES D e E ofertam no segundo semestre a disciplina Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais, com carga horária de 40 horas. A ementa aborda conteúdos sobre sociedade, economia e ambiente; projetos de arquitetura considerando os aspectos sociais e ambientais; interações entre arquitetura sociedade e meio ambiente; sociologia, economia e desenvolvimento sustentável. Apesar de não explicitar a abordagem sobre HIS, a temática da disciplina trata de questões inerentes à produção crítica da cidade e de projetos habitacionais sociais.

A disciplina Direitos Humanos (carga horária 40 horas), ofertada no quarto semestre, trata, mesmo de forma não clara, de assuntos que tangem o direito à moradia, a promoção de programas nacionais de habitação e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

A disciplina Planejamento Urbano e Regional, aplicada no nono semestre, tem carga horária de 80 horas. Na ementa foram observados pontos importantes sobre o desenvolvimento de HIS tais como: o processo de planejamento enquanto instrumento de controle do desenvolvimento urbano e regional, estudo de Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, a sustentabilidade no Estatuto da Cidade; Percepção e Comportamento Ambiental, com a aplicação das leis urbanas.

Observa-se que a discussão sobre o direito à moradia, programas de habitação ficaram reservadas às disciplinas predominantemente teóricas, também de fundamental importância para o repertório e embasamento do projeto, porém as ementas das disciplinas de projeto ficam a critério de cada docente.

Avaliação da IES F

A IES F apresenta no PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo a disciplina de Estudos Sociais e Ambientais, com carga horária de 40 horas, ofertada no segundo semestre. Os conteúdos destacam para análise das relações do homem como um ser social, histórico, político e cultural na busca por um diálogo equilibrado entre proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico a partir da perspectiva sociológica acerca de temas tais como: natureza, trabalho, cidade, cultura, desenvolvimento sustentável, valores humanos e os instrumentos informais e regulatórios na gestão participativa e ética da vida. Essa é uma proposta que reflete na formação do arquiteto que compreenda a população de baixa renda com um olhar aos seus aspectos econômicos, culturais e sociais.

O PPC desta IES apresenta apenas essa disciplina e conteúdo que reflete em HIS. De forma geral, as abordagens das ementas de outras disciplinas mostram uma formação mais técnica que humanizada.

Avaliação da IES H

Esta IES dispõe em seu PPC a proposta da disciplina de Ateliê de Projeto Integrado, com carga horária de 136 horas, ministrada no segundo semestre. Nela, é abordado: Elaboração de projeto arquitetônico de habitação coletiva, com ênfase em tipologias de interesse social; Investigação dos espaços de morar e dos modos de vida; Concepção de moradias que atendam arranjos familiares diferentes; Direito a moradia associado ao direito à cidade.

A disciplina: Avaliação Pós-Ocupação com carga horária de 68 horas, aborda: Ação, avaliação ou a intervenção que propicie a melhoria da qualidade dos ambientes construídos.

Essa disciplina pode evidenciar questões sociais para o ambiente construído, como também ações sociais e culturais voltados para a melhoria das moradias, porém ela é uma disciplina complementar optativa, podendo ou não, ser estudada, ficando a critério do aluno. Além disso, o caráter desta disciplina é mais avaliativo.

Avaliação da IES M

A IES M apresenta no terceiro ano, em sua grade curricular, a disciplina de Projeto Arquitetônico III, com 100 horas, que pontua, em seu ementário, o conteúdo “Habitação de Interesse Social” subdividido em: a origem do déficit habitacional; a trajetória de formulação das políticas habitacionais no Brasil, passando pela Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Ministério das Cidades, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social urbano; a produção habitacional do BNH e PMCMV; as diferentes tipologias de conjuntos habitacionais; os padrões urbanísticos para habitação de interesse social; o conjunto de diretrizes e normas que visam garantir o acesso à moradia às famílias de baixa renda; a qualidade das habitações quanto ao conforto térmico, acústico e dimensionamento mínimo dos ambientes; soluções projetuais, técnicas e utilização de materiais.

Nota-se que os assuntos abordados são relevantes e vão de encontro com algumas fragilidades apresentadas pela literatura. No entanto, é válido enfatizar que a disciplina é de Projeto Arquitetônico, que tem caráter prático e não apenas teórico como aqui apresentado. Essa é uma discussão mais abrangente sobre o ensino à distância para os cursos de Arquitetura e Urbanismo. Onde as experiências/vivências nas fases do conhecimento do discente em fazer, desenvolver e sintetizar, se a proposta foca apenas no conhecer, relacionar e identificar.

Avaliação da IES R

A IES R apresenta a disciplina de Planejamento e Desenho Urbano, ofertada no sexto semestre, com carga horária de 80 horas, conteúdos como: Habitação de Interesse Social; Aspectos Relativos às Atividades Econômicas, o Uso Social e sua Relação com o Ambiente Natural utilizando a Legislação Urbana.

No oitavo semestre a disciplina Responsabilidade Social e Ambiental, com carga horária de 80 horas, trata de Trabalhos Voluntários e a Contribuição Social e Ambiental do Arquiteto e Urbanista para a Construção de Cidades Inclusivas O PPC desta IES apresenta duas disciplinas e conteúdos que refletem em HIS, onde vale ressaltar que o profissional irá estar mais próximo da realidade dos moradores que refletirá em seus projetos e ações.

Avaliação das IES G e T

Estas IES não apresentam nenhuma indicação de temas inerentes às habitações de interesse social; projeto de habitação; e, o social, econômico e cultural na concepção de projetos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De forma geral, percebe-se nas ementas dos cursos, que existem uma tendência à uma formação técnica em etapas projetuais e representação gráfica. Existem propostas de abordagens às questões urbanas e sociais, no entanto, são isoladas.

A maior parte dos PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo avaliados descrevem como atividades projetuais: elaboração de projetos residenciais, comerciais, culturais, esportivos, urbanos e paisagísticos, o que fica a critério do docente decidir que tipo de habitação tratar com o aluno. Definir nas ementas projeto de habitação de interesse social seria o próximo passo para estimular um caráter investigativo e analítico frente aos problemas na Arquitetura e Urbanismo, voltados à HIS, e acrescentando a prática de projeto em sala de aula.

A IES H é pública e a M e R são privadas. Não houve distinções significativas sobre a natureza da IES. Também não foi possível diferir a modalidade de oferta, tendo em vista que apenas uma IES com ensino à distância disponibilizou as ementas.

Embora o assunto de temas sociais e culturais serem abordados em disciplinas relacionadas ao Urbanismo, para resolver as fragilidades apresentadas por (Ono, *et al.*, 2015; Imai e Fabrício, 2020; Ornstein *et al.*, 2013; Lamberts, Dutra e Pereira, 2014; Silva e Brito 2019; Souza, 2013; Soares, 2016) é necessário sintetizá-las nas unidades curriculares de projeto arquitetônico. As disciplinas de projeto arquitetônico nos cursos de Arquitetura e

Urbanismo tem o objetivo de unificar a teoria dos estudos sociais, econômicos, ambientais e culturais, às técnicas construtivas, os usuários e ao ambiente construído, ou seja, apenas abordagem teórica não é factível que o problema seja resolvido.

É válido enfatizar que a abordagem com habitação de interesse social não é aplicada apenas ao ensino. Projetos de pesquisa e extensão também podem abordar esses temas, no entanto, não abrange a formação geral dos egressos.

Outra lacuna encontrada é entre o usuário e os ambientes construídos. Conforme apresentado por Ono, *et al.*, (2015), as edificações são desenvolvidas de forma padrão para reduzir os custos com investimentos nas moradias. Essa forma de desenvolvimento de projeto é antagônica ao apresentado nas disciplinas de projeto arquitetônico. É necessário primeiro olhar o usuário, suas necessidades e características sociais, culturais e econômicas para a partir disso, criar uma proposta que se enquadre em sua realidade. Dito isso, além de ver apenas o que as academias estão disseminando, é necessário que haja políticas públicas que compreendam o que é um projeto arquitetônico.

Vale destacar que a concepção dos projetos de habitações de interesse social podem ser realizadas por engenheiros civis. Esse fator estimula o pensamento na formação destes profissionais nos fatores sociais, econômicos e culturais dos habitantes, que, geralmente, em cursos de engenharia, não costumam ser o foco.

Em suma, a habitação de interesse social é uma contribuição importante da Arquitetura e do Urbanismo para o desenvolvimento das cidades, proporcionando moradia adequada para a população de baixa renda. Ao focar questões de acessibilidade, sustentabilidade e inclusão social nos projetos, a habitação de interesse social pode melhorar a vida das pessoas, além de estimular o desenvolvimento econômico e social do país.

A construção dos PPC dos cursos de Arquitetura e Urbanismo devem ser pautados pelos problemas evidenciados pela sociedade e ciência. A construção das ementas é a única maneira formal de estabelecer que os assuntos sejam abordados pelos professores. Agora, com a curricularização da extensão, a HIS é uma proposta que poderá ser evidenciada de forma ascendente, no entanto, também precisa estar claro nas novas ementas, caso a curricularização seja abordada por meio de disciplinas.

1.4 Conclusão

O objetivo deste artigo foi avaliar propostas de ensino que discutam estratégias para concepção de HIS nas ementas de IES que ofertam o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Três IES apresentaram HIS em suas ementas. A IES H apresenta a HIS com ênfase no projeto arquitetônico, que vai de acordo com o esperado para eximir os problemas apresentados. A IES M também apresenta na disciplina de Projeto Arquitetônico, no entanto, tem uma abordagem totalmente teórica. Por outro lado, a IES R apresenta a HIS na perspectiva urbana, questionando os locais onde elas devem ser dispostas para

propiciar um desenvolvimento sustentável. As demais IES apresentam abordagens em questões sociais das cidades e das relações complexas entre pilares para a garantia da sustentabilidade. São pontos relevantes, entretanto, não suficientes para refletir na formação profissional aplicada à projetos de HIS.

As ementas revelam sinais isolados do ensino na construção dos projetos arquitetônicos, começam pelos projetos e não pelos usuários. Como atender as necessidades de um projeto, se o arquiteto não souber realizar, sobretudo, uma análise ampla que compreenda os espaços, os usuários, as questões sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e científicas para concepção do projeto?

Nem todos os sites das universidades disponibilizam suas ementas, apenas a matriz curricular, dificultando o acesso aos conteúdos exatos que serão ministrados. Seria possível fazer uma suposição das disciplinas que poderiam abordar a temática sobre Habitações Populares, porém caberia a cada docente abordar ou não o assunto.

Vale ressaltar a relevância da construção de um projeto pedagógico de curso em consonância com os atuais problemas da sociedade. É evidente que a qualidade das habitações de interesse social no Brasil vá além do ensino, mas a partir da academia, é possível propor novos paradigmas políticos, sociais, ambientais e econômicos para eximir as desigualdades sociais.

1.5 Referências

BONASSA, Elvis Cesar. Arquitetura, inclusão e participação social. USP. São Paulo, 2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. TCU. GRUPO I – CLASSE V – Plenário - TC 041.059/2012-3. SUMÁRIO: RELATÓRIO DE AUDITORIA, 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/3ZSbtEb>>. Acesso em 22 de abril de 2022.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017b. 58 p.

BRASIL. Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006, 2010.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Manual do Arquiteto e Urbanista. 2ª ed. – Brasília, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3ZAT673>>. Acesso em 11 de maio de 2022.

CARDOSO, H. R., & SANJUAN, P. E. C. P. O déficit habitacional no Brasil: a relevância dos instrumentos privados na implementação de políticas públicas de moradia. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/41Ub9Xr>>. Acesso em 03 de maio de 2022.

COELHO NETO, J. T. A construção do sentido na arquitetura: o imaginário e o ideológico. Editora Perspectiva. São Paulo, 1997.

FERRARI, Leticia Schneider. Aplicação do RTQ-R em uma habitação de interesse social. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Energia) – Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018.

GASPERINI, G. C. Uma reflexão a respeito da arquitetura. In: Contexto e Tecnologia: O projeto como Pesquisa Contemporânea em Arquitetura. Tese de livre docência. São Paulo, FAUUSP. 1988.

GOHN, M. da G. Paulo Freire e a Formação de sujeitos sociopolíticos. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, v.4, n. 8, 2009.

IMAI, C; FABRICIO, M. M. Desenvolvimento de modelo físico de simulação espacial em projetos de HIS. Ambiente Construído, v. 20, n. 1, p. 423-440, 2020.

JOHNSON, T. Estimating the economic impact of a college or university on anonlocal economy. Paper presented at the Annual Meeting of the Association for the Study of Higher Education (ASHE). Arizona, 1994. Disponível em: <<https://bit.ly/3JvhZvq>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando O. R. Eficiência Energética na Arquitetura. 30. ed. Rio de Janeiro: Eletrobras / PROCEL, 2014. 382 p.

MARRA, N. C. (2010). Políticas públicas de habitação e a efetivação do direito social e fundamental à moradia. XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza.

MERLIN, J. R. Projeto pedagógico: alma das diretrizes curriculares. 23^o Caderno ABEA. Belo Horizonte, 2002.

MONTEIRO, A. R; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. Mercator. v. 16, 2017.

ONO, R. et al. Avaliação pós-ocupação: pré-teste de instrumentos para verificação do desempenho de empreendimentos habitacionais em sistemas construtivos inovadores. Gestão & Tecnologia De Projetos, v. 10, n. 1, p. 67-81, 2015.

ORNSTEIN, Sheila Walbe *et al.* Metodologia de avaliação de sistemas construtivos para habitações econômicas em contextos inovadores no Brasil: São Paulo. Habitação, cidade, território e desenvolvimento, 2013.

SILVA, V. B. Estudo das possibilidades de atuação de uma instituição de ensino superior (IES) no desenvolvimento regional. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento, 2019.

SILVA, J. H. A. da, BRITO, L. A P. F de. Avaliação das características construtivas de habitações de interesse social visando à eficiência energética e o conforto ambiental em municípios no Centro-Oeste do Estado de Rondônia, In IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2019, Brasília (DF), Anais... Brasília (DF), 2019.

SOARES, A. M. HABITAÇÃO POPULAR EM SALVADOR-BA NO FINAL DO SÉCULO XX: ARQUITETURA E INSUSTENTABILIDADE SOCIAL DO PROJETO. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 23, n. 32, p. 114-114, 2016.

SOUZA, J. E. O interior da habitação popular: uma análise do arranjo do mobiliário pela ótica da Ergonomia. Especializa Revista Online IPOG. Instituto de Pós-Graduação de Goiânia–IPOG-Master em Arquitetura. Cuiabá: janeiro, 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M..Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática, v. 3, p. 76-97, 2003.

UNESCO. Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável: 2005 - 2014: documento final: plano internacional de implementação. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3J4OGhF>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.